



DESPAÇO Aprovado na Sessão de 24/03/2011.	Presidente 1º Secretário	Entrada na Secretaria Em, 24/03/2011.	REQUERIMENTO Nº 97 /2011.
		Adiado para próxima Sessão Em, / /	
EMENTA: REQUER VOTOS LOUVOR AO JORNALISTA ARIMATEIA SOUSA PELO CONTEUDO DA COLUNA APARTE - DE AUTORIA DELE - DO ULTIMO DOMINGO DIA 20 DE FEVEREIRO.		Presidente	

Senhor Presidente,

VISTO EXP.

*José*

Considerando que o já destacado talento do jornalista Arimateia Sousa, como um dos maiores nomes da imprensa paraibana no campo da política e da sociedade nestes últimos tempos, é também importante destacar o modo bastante profissional com que ele tratou o assunto da tão falada PEC 300 – dos policiais – no último dia 20 de fevereiro na coluna Aparte, do Jornal da Paraíba.

O jornalista Arimateia Sousa escreveu quase um "tratado" abordando questões importantes que envolvem a citada PEC 300, trazendo a memória dos seus leitores e de outros do público e formação de uma opinião mais conceituada em fatos. Estes fatos, como o próprio autor destaca, são relembrados de maneira, diríamos, quase cronológica para que o leitor tenha uma visão ampla e melhorada do assunto. O conteúdo da coluna anexo a este requerimento é importante para a averiguação da verdade que exponho.

Desta forma, requero a Vossa Excelência, de acordo com os termos regimentais, e após ouvido o Plenário desta augusta Casa Legislativa que seja formulado **VOTO DE LOUVOR AO JORNALISTA ARIMATEIA SOUSA PELO PUBLICAÇÃO DA COLUNA APARTE – DE SUA AUTORIA – PUBLICADA NO ÚLTIMO DIA 20 DE FEVEREIRO, NO JORNAL DA PARAIBA, TRATANDO O TEMA DA PEC 300.**

em 24 de fevereiro de 2011.

Ivonete Ludgerio  
Vereadora | PSB

**Desdobramentos**

Os fatos ocorridos na última quarta-feira em Campina, envolvendo o (provavelmente) mais im- portante acontecimento esportivo do ano na cidade, não podem ser esquecidos com o apito final do juiz ou a repetição dos 'melhores e piores momentos' nos telejornais.

**Alcance**

O que houve - chame-se de pro- testo, motim, chantagem ou terro- rismo - é de uma gravidade imen- surável, certamente não projetada por seus articuladores, no afã de colocar em situação incômoda a ad- ministrção estadual.

**Recapitulando**

Mas - permitam-me os leitores - farei inicialmente uma sumária re- trospectiva para chegar no 'antjo- go' democrático.

**Largada**

A discussão mais recente sobre a remuneração dos policiais militares tem como marco uma proposta de emenda constitucional que tramita desde 2008 no Congresso Nacional, batizada de 'PEC 300'.

**Objetivo**

A sua intenção é louável e justa: assegurar um salário condigno e bom- beiros. Sobre esse aspecto não há a menor controvérsia.

**Uniformização**

Na materialização da proposta começam as particularidades. E es- tabelecido um valor uniforme para todos os Estados, modalidade já adotada pelo Judiciário e pelo Mi- nistério Público, que horizontaliza- ram os seus vencimentos.

**Facetas**

Essa 'isonomia' - pertinente na aparência - guarda um discutível questionamento devido ao fato de cada unidade da federação ter reali- dades distintas em termos de custo de vida e de receitas públicas. A linearidade comporta - ao mesmo tempo - uma conquista funcional e uma distorção de natu- reza econômica e geográfica.

**Celeridade**

No ano passado a tramita- ção dessa 'PEC' avançou bastante devido ao fato de o nosso parlamen- to ser, via de regra, inconsequente nas decisões econômicas e pragma- tico e eleitoreiro com a aproximação da eleição seguinte.

**Freio**

Houve a recomendação expres- sa do governo - e da então presi- dencial Dilma Rousseff - para que

**Auxílio**

Independente das alternativas acima, o Executivo contou com a conviência do Legislativo e a omissão de órgãos como o Tribu- nal de Contas e o Ministério Público, porque a flagrante ilegalidade da PEC salta aos olhos.

**Sem caixa**

Se não bastasse a inescandível arbitrariedade, havia a impossibil- idade financeira. Tanto isso é verdade, que o aumento não foi pago no período pós-eleitoral.

**Depois das umas**

Tardamente, o Ministério Público e, em seguida, o Judiciário reconheceram o óbvio: o aumento aprovado é ilegal.

**Pressão**

Ato contínuo, vieram as pacíficas e compreensivas mobilizações pu- blicas da classe para que houvesse da parte do novo governo algum tipo de proposta.

**Impraticável**

O Estado reagiu alegando que qualquer tipo de reajuste é impos- sível no momento, por insuperáveis limitações - e extrapolações - orga- mentárias.

**'Contaminado'**

Quanto ao diálogo cobrado, a resposta tem sido que o movimen- to está manipulado por lideranças que ocuparam postos de relevo no governo passado.

**Infiltrados**

O argumento tem procedência. Em parte. Nesse caldeirão no qual se trans- formou a mobilização dos policiais, borbulham figuras com o nítido - e partidário - desejo de desgastar precocemente a nova gestão.

**Conscientes**

Sabem precisamente que a tra- mitação no ano passado foi uma enganagem. Aliás, os policiais em sua quase totalidade têm conhecimento curri- cular - e interior - desse 'estelionato eleitoral'.

**Impertoso**

Mas é intranstável do Poder Público, entre outras, a atribuição de dialogar com a sociedade, mais ainda com os seus auxiliares. Isso não onera as finanças.

**Volta às origens**

No caso particular de Ricardo Coutinho, a marca de sua vida é o embate no campo das ideias. Que abra canais diretamente com a tropa, passando ao largo (se necessário) de pseudo lideranças

**A** migo pessoal pessoal do ex-presidente Lula, Frei Beto destaca cinco pontos nos quais o governo petista pareceu altamente positivo e outros cinco nos quais não correspondeu às expectativas. Ele está convencido de que constituiram iniciativas que não poderão ser ignoradas pelo governo Dilma e outros que a sucederão.

Primeiro, aponta o Bolsa Família e demais políticas sociais, que transferiram soma de recursos para as famílias mais pobres do Brasil, a ponto de retirar 20 milhões de pessoas da miséria. O segundo é estabilidade econômica. Sustenta que a inflação manteve-se abaixo de 5% e o salário mínimo corresponde, hoje, a mais de US\$ 200. A terceira é a não criminalização dos movimentos sociais. O terceiro é a soberania. Para ele, ao rechaçar a ALCA e zerar as dívidas do Brasil com o FMI, o governo Lula afirmou o Brasil como país soberano e independente. O quinto foi falar alma do povo.

Ele também mostra o outro lado da moeda, ou seja, os cinco aspectos que considero falhos. Primeiro lembra que o governo foi contraditório. Lula nomeou ministros de tendências políticas e ideológicas antagônicas, como Stephanes, na Agricultura, e Cassel, na Reforma Agrária; Mantega, na Fazenda, e Henrique Meirelles, no Banco Central; Jobim, na Defesa, e Vannuchi nos Direitos Humanos.

No segundo ponto, cita que, apesar de ser integrado por inúmeras vitimas da ditadura militar, a começar do presidente da República, o governo Lula jamais usou sua prerrogativa de comandante supremo das Forças Armadas para obrigar a abrir os arquivos dos anos de chumbo. Terceiro: pontua que o governo terminou sem que, nos oito anos de mandato, tenha sido feita qualquer reforma estrutural, como a agrária, a política, a tributária etc. No quarto, sublinha que o investimento no setor da Educação não superou 5% do PIB, quando a Constituição exige ao menos 8%. No quinto, fala da saúde. Para Frei Beto, o SUS continua deficiente, enquanto o atendimento de saúde é progressivamente privatizado. Além disso, mais de 50% dos domicílios do país não possuem saneamento. "Espero que o governo Dilma possa dar aprimoramento aos avanços do governo Lula e corrigir as falhas, sobretudo na disposição de efetuar reformas estruturais", arremata. Assino embaixo, as observações de Frei Beto.

### Cinco pontos positivos do governo petista e cinco negativos que devem ser atacados por presidente

### Mago com Dilma

Ricardo Coutinho faz a estreia amanhã, no fórum de governadores do Nordeste, em Aracaju (SE). A presidente Dilma Rousseff estará presente. Criado como forma de superar as divergências de ordem partidária e as prioridades distintas em investimentos públicos dos mandatórios regionais, o encontro será o primeiro após as eleições.

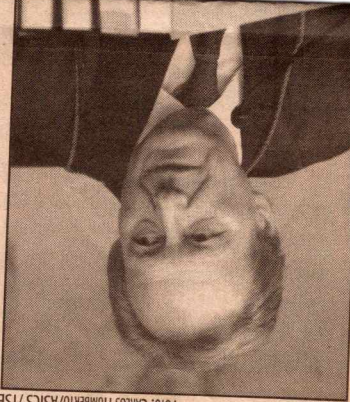
### Anfitrião

"Queremos ouvir da presidenta Dilma os compromissos prioritários para a região e como ficam os investimentos já iniciados. O Nordeste não é um problema, é uma parcela da solução dos problemas brasileiros. Precisa continuar produzindo investimentos públicos que nos ajudem a superar a diferença entre o Nordeste e as demais regiões, além de viabilizar as vocações econômicas de seus estados". Do governador Marcelo Deda (SE).

### Futuro incerto

Em Recife (PE), onde participou do Colégio de presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, o presidente do TSE, Ricardo Lewandowski (foto) afirmou que o futuro da Lei Ficha Limpa é uma "incógnita" a qual será decidida também após o Plenário do Supremo Tribunal Federal estar completo. No entanto, Lewandowski declarou que "seja qual

Foto: Carlos Humberto/ASICS/TSE



tor esse destino, a Lei da Ficha Limpa é uma ideia que veio para ficar". Ele explicou que, em 2010, a lei produziu frutos importantes, pois o eleitor procurou conhecer o passado dos candidatos e os partidos filtraram mais na hora da escolha.

### Cofre cheio

Em janeiro deste ano, as 223 prefeituras da Paraíba engrerem os cofres. Do Fundo de Participação dos Municípios, os prefeitos juntos embolsaram mais de R\$ 147 milhões. De ICMS, o repasse para todas as cidades paraibanos ultrapassou R\$ 54 milhões, além do IPVA (R\$ 1,3 milhão) e do tradicional IPI (R\$ 137 mil).

### Maiores fatias

João Pessoa ficou com a maior fatia do bolo do ICMS, em janeiro, com R\$ 17,7 milhões, seguida por Campina Grande (R\$ 6,3 milhões), Cabedelo (R\$ 4,9 milhões), Santa Rita (R\$ 1,9 milhão), Caaporã (R\$ 860 mil), Patos (R\$ 816 mil), Bayeux (R\$ 780 mil), Conde (R\$ 730 mil), Alhandra (R\$ 572 mil), Mamanaguape (R\$ 544 mil) e Guarabira (R\$ 532 mil).

### Novo partido

O diretório estadual do Partido Pátria Livre (PPL) já reuniu cerca de cinco mil assinaturas e pretende chegar a 25 mil na Paraíba. A legenda, em fase de formação, já possui representações em Sapé, Alhandra, Bayeux, Lagoa Seca, Queimadas, Santa Rita, Cabedelo e João Pessoa. O PPL quer chegar aos 223 municípios paraibanos.

▶ A Prefeitura de Campina Grande assinou contrato com a empresa Estrutural Eventos e Construções de Edifícios no valor de R\$ 2,8 milhões. Objeto: execução dos serviços de locação de toda estrutura para o Maior São João do Mundo, apresentação de quadrilhas juninas e forró nos bairros.